
A contribuição do conceito de *inventio* para a filosofia e o filosofar

The contribution of the concept of inventio to philosophy and philosophizing in teaching

Cainan Espinosa Gimenes*

Resumo: Este artigo pretende mostrar a importância do conceito de *inventio* como método de ensino para a filosofia e o filosofar. Por conseguinte, analisamos o que é a filosofia, partindo de uma análise fundamental para o ensino médio, entendendo a filosofia em uma relação afetiva. Nessa relação abrimos a questão para o pensar o ensino da filosofia, entendendo justamente a partir da invenção. A *inventio* em seu sentido clássico era entendido como a base para o início de uma boa argumentação, partindo de perguntas fundamentais. Assim, a busca por um caminho seguro ao conhecimento passa pela invenção, que compreende, no início das coisas, formular perguntas para a problemática filosófica. Nesse aspecto reside o papel preponderante do professor, sendo aquele que fornece elementos seguros aos alunos em formação. De modo que, assim, o ser humano atinge o que Kant entende por “maioridade” e autonomia intelectual.

Palavras-chave: *Inventio*; Filosofia; Filosofar; Interdisciplinaridade.

Abstract: This paper intends to show the importance of the concept of *inventio* as a teaching method for the philosophy and philosophizing. Therefore, we analyze what philosophy is, starting from a fundamental analysis for high school, understanding philosophy in an affective relationship. In this relation, we allow the reflection to think about the teaching of philosophy, understanding it precisely from invention. The *inventio* in its classical sense was understood as the basis for the beginning of a good argument, starting from fundamental questions. Thus, the search for a safe path to knowledge goes through invention, which comprises, at the beginning of things, formulating questions for the philosophical problem. In this aspect lies the predominant role of the teacher, as the one who provides safe elements to the students. In this way, the human being reaches what Kant understands as "adulthood" and intellectual autonomy.

Keywords: *Inventio*; Philosophy; Philosophize; Interdisciplinarity.

Introdução

A invenção, a partir de uma leitura da retórica, significa o primeiro passo para uma boa argumentação, destacando as ideias elementares para a construção do discurso.

* Doutorando em Educação pela Universidade Católica de Petrópolis. Mestre em filosofia e ensino - Patrística, pelo Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca Cefet/RJ. Licenciado em Filosofia pela Faculdade São Bento do Rio de Janeiro - FSB RJ. Graduação em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUCRIO. E-mail: cainan.42340058@ucp.br.

Falar hoje em invenção significa, na realidade, pensar algo extraordinário, ou ainda, um topo do pensamento onde poucos podem alcançar. Entretanto, ultrapassando o sentido retórico, podemos pensar esse modelo na questão filosófica como sendo base para a aprendizagem. Uma vez que, na retórica grega, *inventio* significa a base para reflexão, ou melhor, sua origem. Essa origem é interpelada pelos seguintes questionamentos: Quem? Quando? Contra o quê? Por quê? Como? Esses questionamentos compõem a base filosófica da invenção.

Com isso abrimos uma questão de entender a problemática: o que é filosofia? Longe de exaurir a resposta para essa pergunta, partimos da etimologia da própria palavra a fim de alcançar uma definição. É muito comum, por exemplo, no início das aulas de filosofia, o professor lançar esse questionamento. Sabemos, então, que filosofia significa amor à sabedoria. Mas não é qualquer amor, no fundo, está previsto, de maneira clássica, pelo menos cinco formas múltiplas de entender o sentido do amor. Então, o fio condutor para entender a filosofia é o elo afetivo, pois para filosofar é necessário afeição.

Esse dado da afeição, que é próprio da filosofia, se viu reduzido em demasia no século XIX, com o advento do positivismo. Assim, se faz necessário conhecer e demonstrar as áreas filosóficas que compreendem a própria filosofia como afeição.

De modo semelhante, a invenção também é um ato filosófico, pois a invenção é lançar olhar as perguntas elementares ao pensamento. Essas perguntas podem ser articuladas e respondidas a partir de diversas áreas do conhecimento. Assim, na relação entre professor e aluno, o primeiro ser é aquele que instrui um caminho seguro para o conhecimento, isto é, para a filosofia. Esse caminho seguro financiado pela *inventio* é o próprio processo de aprendizagem.

Desta maneira, levaremos o diálogo para uma direção segura. Procedendo assim, o diálogo é conduzido a um caminho. Digo: a um caminho. Assim concedemos que este não é o único caminho. Deve ficar mesmo em aberto se o caminho para o qual desejaria chamar a atenção, no que segue, é na verdade um caminho que nos permite levantar a questão e respondê-la. (HEIDEGGER, 1991, p. 13)

Esse processo se reúne a partir da interdisciplinaridade, ou seja, a partir de uma questão é possível abrir-se a diversas respostas e rumos. Esses são seguros quando

acompanham o processo de invenção, elemento muito próprio da patrística, com a busca de tecer pela filosofia respostas para problemas da teologia (interdisciplinaridade).

A partir dessa primeira parte do conhecimento, a invenção, percebemos que o conteúdo do conhecimento está coligado, o que gera uma certa contraposição com os estudos contemporâneos que demonstram que o processo de formação do conhecimento se dá a partir do insight e esse unido à sabedoria são considerados superiores aos dados do pensamento (CLARKER e ROLLO, p. 208.). Diferentemente, na patrística, a invenção ou o insight não estão no fim ou no topo do processo de conhecimento, mas sobretudo, como sugere a etimologia, no início da descoberta do conhecimento, como um espanto perante a realidade, a saber: como um princípio motivador e como um princípio questionador.

Nessa questão, invocamos o próprio Kant como filósofo que desenvolve o caminho para o esclarecimento e, por conseguinte, para o filosofar, isso é, o alcance da maioria. E, até mesmo a moralidade possui um caminho de aprendizagem, portanto, um caminho de invenção.

O que é a Filosofia?

Uma definição exata do que seja filosofia não é uma tarefa fácil. Deleuze, por exemplo, coloca o seguinte em seu livro:

O amigo tal como aparece na filosofia não designa um personagem extrínseco, um exemplo ou uma circunstância empírica, mas uma *presença intrínseca ao pensamento*, uma condição de possibilidade do pensamento mesmo, uma categoria viva, um real transcendental. (DELEUZE, 2010, p.09)

O filósofo não se apresenta como amigo de outro indivíduo, mas em primeiro lugar como amigo da verdade, da sabedoria e da beleza. Trata-se de uma relação intersubjetiva que se abre a outro elemento, uma instância superior, ontológica, transcendental. A questão “o que é filosofia?” – também deve ser colocada “entre amigos”, entre o primeiro amigo.

A noção de “primeiro amigo” (*próton philon*) corresponde ao primeiro princípio da amizade: alguma coisa que é amada por si mesma e não por outra coisa: o *eidōs*, a ideia, a forma da *philia*. O primeiro amigo não remete a outra coisa além de si mesmo e todas as amizades concretas são apenas imagens (*eidōla*): meras cópias imperfeitas dessa verdadeira amizade. Com a ligação da ideia de amizade (o “primeiro amigo”) à verdade – todas as relações pessoais e afetivas passam a um segundo plano diante dessa amizade, visto que só são válidas se conduzem a um fim mais elevado: ao *eidōs* da amizade, identificado ao bem. A amizade filosófica é essa procura do bem: em que amado e amante convergiram na busca conjunta da verdade. O amigo é indispensável para a filosofia. As comunidades filosóficas são constituídas por um grupo de amigos num ambiente de amor sublimado, de amor-*philia*. Mas o que é o amor presente na *sofia*?

Podemos afirmar que a palavra é oriunda do grego, em que se reúnem duas palavras: *φίλο* (filo) e *σοφία* (sofia). Tradicionalmente, no início de uma aula de filosofia, o professor tende a definir esses termos como “amor” e “sabedoria”. Isso significa que a filosofia não é algo somente intelectual, mas, sobretudo, pelo conceito de “amigo” e “amor”, possui uma dimensão afetiva, de modo que a sabedoria do amor não é somente raciocínio, mas também é vida, em seus dramas, questionamentos e invenções.

Evidentemente que desde os primórdios, pensadores atribuíram um lugar central ao amor, não apenas enquanto sentimento psíquico humano, mas também uma realidade cosmológica. Com isso, a definição de amor perpassa um conjunto de múltiplos significados e, ainda que didaticamente aproximemos o conceito de amor e amizade, esses possuem outros conceitos gregos que se relacionam, como por exemplo o amor no sentido de *eros*, *ágape* e *philia*, *storgé* e *xenía*. Portanto, a filosofia enquanto herdeira desses múltiplos sentidos de amor é enriquecida enquanto possibilidade de encontro (*eros* e *philia*), enquanto realidade de acolhimento ao estrangeiro (*xenía*) traduzido pela hospitalidade, ou ainda, um amor enquanto realidade altruísta (*ágape*).

Entretanto, durante o século XIX, no auge do positivismo, a partir do processo científico houve um reducionismo sobre funcionalidade da filosofia, a partir da premissa de que ela não possuía nenhuma serventia para a humanidade. Muitas ciências quiseram substituir a filosofia. Foi a época da ideologia cientificista, que Machado de Assis, no livro *O Alienista*, ironizara tão bem: “Nada tenho que ver com a ciência; mas se tantos

homens em quem supomos juízo são reclusos por dementes, quem nos afirma que o alienado não é o alienista?” (ASSIS, 1994, p.17). Imperou nesse período o chamado “reducionismo” (LEAL; ISKANDAR, 2002, p. 7). Assim, cada ciência passa a considerar que o objeto por ela estudado não era uma parte da realidade, mas a realidade inteira. Dessa forma, os químicos pensavam que tudo podia ser explicado quimicamente (inclusive os sentimentos humanos). Os biólogos, por sua vez, consideravam, por meio dos métodos biológicos, que todo comportamento humano, inclusive aqueles considerados os mais nobres (como os comportamentos morais e éticos), nada mais eram do que o efeito de condicionantes biológicos.

A mentalidade técnico-científica habituou-nos a crer que só é válido o que é verificável, acertável, controlável pela experiência e pelo cálculo é fecundo de resultados tangíveis. Ao mesmo tempo, a nova mentalidade política nos habituou a crer que só tem relevância aquilo que faz mudar as coisas: não a teoria, mas a práxis – diz-se – é o que conta; de nada adianta contemplar a realidade, mas nela mergulhar ativamente. E, assim, de um lado à filosofia se quer impor um método extraído das ciências, que a faz cair inexoravelmente no cientismo; de outro, quer-se impor à filosofia um condicionamento ativista que a faz degenerar no praxismo (REALE, 2009, p.12).

Assim, o retorno da filosofia como um tipo de saber necessário ao médico, ao biólogo, ao economista, ao museólogo, ao profissional do direito etc., pode ser explicado a partir da necessidade de esses profissionais integrarem suas atividades em uma perspectiva mais ampla, integrando-as à sociedade e levando em conta não apenas o conhecimento técnico e especializado, mas também os valores éticos e afetivos. Enfim, uma visão mais ampla da medicina enriquece a própria medicina e o médico que a exerce; assim como uma visão que integre o direito em uma perspectiva mais ampla do que a mera tecnicidade jurídica, enriquece igualmente o próprio direito e aqueles que se dedicam ao seu estudo e exercício profissional.

A filosofia, como sabedoria, espelha intimamente as principais atividades da alma humana, que possui quatro atividades principais: pensar, conhecer, agir e sentir. O conhecer é a atividade realizada pela razão ou inteligência (em seu sentido mais amplo); o agir, por sua vez, é uma atividade exercida pela vontade; já o sentir é uma atividade realizada pela parte de nossa alma designada como desejo (ou sensibilidade). Razão, vontade e desejo são faculdades da alma humana (STREFLING, 2014, p. 10).

A alma se aplica ao tato e por ele sente e distingue o que é frio, áspero, liso, duro, leve, pesado. Além disso, discerne pelo paladar, pelo olfato, pela audição e pela visão as inúmeras diferenças de sabores, de odores, de sons, de formas. Em todas essas operações aceita e apetece o que for adequado à natureza de seu corpo; rejeita e evita o que é contrário. Retira-se dos sentidos por certo intervalo de tempo e, refazendo a atuação deles, como que tirando férias, resolve consigo atropelada e repetidamente as imagens das coisas que observou por meio deles. (AGOSTINHO, 2012, p.340)

Assim, a parte da alma que na filosofia trata o conhecimento se chama “epistemologia”, que é a parte da filosofia que interessa principalmente às ciências na medida em que essas procuram refletir sobre os seus métodos e procedimentos. O “objeto” da epistemologia é o próprio conhecer (como atividade das ciências) e não o objeto que cada ciência isolada estuda. Assim, embora a filosofia também exerça um tipo de conhecimento, esse se difere daquele exercido pela ciência. Enquanto o conhecimento, na ciência, aplica-se a um objeto, o conhecimento que a filosofia realiza se aplica sobre o próprio conhecimento da ciência, estudando principalmente como ele ocorre e quais são suas bases.

A Ética e a Moral são as duas disciplinas filosóficas que se ocupam do agir humano. Por isso, essas são as disciplinas da filosofia que mais interessam à Economia, à Política e ao Direito, pois essas três ciências estão intimamente associadas ao agir humano, ou seja, à vontade como faculdade.

O sentir é uma atividade da alma humana estudada por uma disciplina da filosofia intitulada Estética. Alguns desdobram o sentir também em fazer. Em grego, fazer se diz “poiésis”, nascendo assim o termo poética. O fazer da poética não é o mesmo que o agir da ética. Nessa, trata-se do agir humano, ao passo que o fazer da poética concerne ao criar uma obra de arte. E aqui pode nascer uma questão decisiva: se a obra a ser criada é a própria vida que se leva, surge então uma íntima relação entre a arte e a ética, entre a poesia e como agimos/vivemos, nascendo assim o que Foucault chamava de “estética da existência”, que é, na verdade, uma “poética da existência” (REVEL, 2005, p. 44).

Assim, é preciso entender que o pensar, o conhecer, o agir e o sentir não são atividades estanques. Afinal, para agir, por exemplo, é preciso sentir. Por outro lado, muitos danos podem ocorrer quando agimos sem pensar. E quem pensa sem sentir não pensa verdadeiramente. Desse modo, portanto, sempre que procuramos seja pensar o

que sentimos, seja pensar como e porque agimos ou pensar o que conhecemos, de imediato começamos a filosofar.

Pensar, enfim, é questionar. A filosofia é a arte do questionamento. Por isso que a palavra “pensar” possui a mesma origem da palavra “pesar”, ou ainda, à medida que o peso (da palavra) aprofunda-se ao contemplar, o movimento do pensar funda(menta) a palavra na terra, abrindo nela fenda, sulco, fissura ou buraco onde caiu Tales de Mileto.

Os estudantes de Filosofia sempre escutam contar uma piada sobre o primeiro filósofo, o grego Tales de Mileto. Tales gostava de estudar os astros e caminhava olhando para o céu, até que um dia tropeçou numa pedra e caiu num buraco. Um brincalhão que estava por perto disse a outros que ali se encontravam: “Tales quer saber o que se passa no céu, mas não consegue enxergar o que está à sua frente!”. Nasceu, assim, a imagem que o senso comum tem do filósofo: a de alguém distraído que, sem prestar atenção no que se passa à sua volta, dedica a vida a pensar em coisas distantes, complicadas e, provavelmente, sem qualquer utilidade. (CHAUI, 2013, p. 3)

Pesar, pensar, ir ao fundo, aprofundar, fundamentar, questionar, essas palavras fazem parte do saber filosófico, elas fecundam e inventam a filosofia.

O ensino filosófico como ato de invenção

Os autores clássicos da filosofia, a partir da ideia de Paideia¹, buscavam-na como primeira fase do conhecimento elaborar as ideias sólidas para o raciocínio. Uma vez que o discurso era defendido na ágora grega, a retórica tinha um papel preponderante. Com isso, na antiguidade, a primeira fase para a elaboração das ideias para encontrar bons argumentos a fim de obter a persuasão na praça pública, se chamava *inventio* (invenção). Nesse sentido, invenção não era considerado algo raro ou extraordinário, mas o princípio e o espanto para o início da jornada acadêmica.

De fato, os homens começaram a filosofar, agora como na origem, por causa da admiração, na medida em que, inicialmente, ficavam perplexos diante das dificuldades mais simples; em seguida, progredindo pouco a pouco, chegaram a enfrentar problemas sempre maiores, por exemplo, os problemas relativos aos fenômenos da lua e

¹ entendida como a busca do sentido de uma educação do agir do homem na *pólis*, enquanto um ideal arquetípico para a Filosofia

aos do sol e dos astros, ou os problemas relativos à geração de todo o universo. (ARISTÓTELES, 2013, 982b)

Nesse sentido, a palavra invenção, a partir da sua etimologia, significa “*invenio*”, ou seja, origem. A invenção é, a partir do entendimento aristotélico, a admiração que parte das coisas mais simples, compondo os questionamentos: Quem? Quando? Contra o quê? Por quê? Como? (REBOUL, 2003, pág.140).

Assim, a partir da *inventio* e a primeira questão que comporta “o que é isso?”, abre-se obrigatoriamente o caminho para a educação, como, na origem, é a primeira intenção da dialética antiga. Assim, é perceptível perceber que o primeiro passo para a origem do conhecimento é a curiosidade epistemológica. Desse modo, um aluno hoje ou qualquer pesquisador pode ser favorecido pelo ensino filosófico de pensar e de iniciar o caminho do conhecimento, a partir desse novo modo de entender o inventor.

Outrossim, o ensino de filosofia nas escolas, cuja finalidade é um propedêutico ao pensamento filosófico perpassando as dificuldades na aquisição de conteúdos por parte do educando, de modo que, por si mesmo, com o tempo, a buscar o conhecimento e à reflexão, no caso, a autonomia intelectual, sem precisar de um mediador. No sentido clássico, esse estudante que já se coloca no primeiro passo para o conhecimento, já é considerado um inventor. Não inventor no sentido moderno, de criação de algo extraordinário, como grau máximo de insight ou sabedoria.

A filosofia é de princípio “compreensível”; ela não supõe intuições especiais, aptidões extraordinárias ou uma inteligência fora do comum. Todo ser humano, enquanto ser racional, pode entender o discurso filosófico se reúne os pressupostos necessários para isso, ou, pelo menos, tenha paciência necessária para reuni-los (PORTA, 2014, p. 47)

A *inventio*, como o grau primeiro para a filosofia, deve ser encarada do ponto de vista do conteúdo como um melhor planejamento dos temas trabalhados em sala de aula, isto é, o professor deve ocupar-se em desenvolver os temas que possam trazer a reflexão filosófica para o mundo do discente, a fim de que ele entre no primeiro grau do conhecimento. Nesse sentido, se exclui a metodologia não filosófica de “decoração” de conteúdo. E é a partir disso que o docente constrói com o discente o processo de aprendizagem, pois ambos concorrem para pensar o mesmo problema e apontar caminhos para a reflexão do tema estudado.

É interessante notar que, no método filosófico da *inventio*, o problema apontado pode ter inúmeros caminhos para reflexão e chegar, inclusive, a aporia. A *inventio* compreende, a partir da interdisciplinaridade, encontrar caminhos, buscando perguntas em diversas áreas do saber.

Nesse sentido, pelo método da *inventio*, não existe ensinar alguém a ser inventor, o que pode acontecer é apontar caminhos seguros para o início do conhecimento. Para que a invenção ocorra, é necessário que haja, na relação ensino/aprendizagem, uma capacidade do professor de apontar caminhos seguros para os temas filosóficos a partir de uma linguagem assimilável para que o aquilo possa ser motivado a buscar o conhecimento para responder as suas próprias perguntas, que não necessariamente esteja no saber filosófico, mas em outras áreas.

O método da *inventio* enquanto um caminho seguro

Em primeiro lugar, consideramos uma hipótese interpretativa possível a análise das afirmações encontradas sobre “As leis de Ticônio” presente na *De doctrina Christiana* III, a partir da doutrina epistemológica platônica. Agostinho percebe que a partir do conceito de retórica da *inventio*, encontram as soluções na compreensão da integração do conhecimento, de maneira que a explicação de um conceito requer a contextualização do argumento em um esquema disciplinar mais amplo, podendo buscar as bases epistemológicas não apenas em uma área específica, mas de forma ampla. Foi desse modo que os autores da patrística buscaram dar respostas ao conteúdo problemático da fé, entendendo o processo de descoberta não fragmentado.

Vale-nos ressaltar algumas dessas leis, por exemplo, a lei da dupla predestinação, segundo essa existiam dois grupos de pessoas na Igreja, os eleitos (predestinados para a salvação) e os não eleitos. Essa ideia foi transferida para entender a exegese e interpretação das Escrituras, vendo significados tanto literais quanto espirituais nos textos. Outra lei presente é a lei da ordem, que sugere que há uma ordem lógica e espiritual nos eventos narrados na Bíblia, e essa ordem deve ser levada em consideração ao interpretar as Escrituras. Existe também a lei da recapitulação, onde a história da salvação é vista como uma série de eventos que recapitulam ou repetem certos padrões.

Por exemplo, os eventos do Antigo Testamento eram recapitulações dos eventos do Novo Testamento. E por último, a lei da analogia da fé, onde a argumentação que a interpretação de um trecho das Escrituras não deve entrar em conflito com o ensinamento global da fé cristã, isto significa que, a interpretação de um texto não deve contradizer os princípios fundamentais da doutrina cristã.

Nesse sentido, a partir do conceito de *inventio*, é possível analisar o extraordinário do início da descoberta, em virtude da complexidade do tema, não encontrarmos as respostas que buscamos quando nos perguntamos sobre um desses temas, podemos encontrar um caminho hermenêutico paralelo em outro campo hermenêutico próximo ou mesmo aparentemente contraditório, como a Medicina, a Biologia, a Sociologia etc., sem que as teorias dessas disciplinas tenham que se tornar independentes nem tão pouco autônomas. Segundo a aplicação da *inventio* presente nas Leis de Ticônio, por exemplo, seria possível dizer os conceitos fundamentais de cada disciplina auxiliam o estudo para o esclarecimento necessário e para o avanço futuro dos seus conteúdos, ampliando assim o conhecimento.

Na filosofia patrística, por exemplo, os teóricos buscavam relacionar as questões da fé em contato com a filosofia, a partir do método da *inventio*. Partindo da filosofia, como um caminho novo, encontravam respostas aos problemas teológicos, introduzindo as questões primeiras da *inventio*. São Basílio Magno destaca, por exemplo, no livro intitulado “Discurso aos jovens” a seguinte questão: os jovens acadêmicos podem de alguma forma se beneficiar e fazer uso da literatura pagã? E, nesse caráter interdisciplinar que o autor está inserido, responde que é possível o uso desses documentos (BASILIO MAGNO, 2012, p. 92). Desse modo, não existe uma fórmula objetiva para a solução de certos problemas.

Segundo Clemente de Alexandria, o pensamento humano possui evoluções, iniciando a partir da desinformação, passando pelo conceito e chegando na episteme (WALKER, 1985, pág. 91). A invenção estaria justamente relacionada à superação da desinformação, como caminho para o conhecimento.

A partir dessa ideia, esses filósofos criaram práticas úteis como um esboço para alcançar o conhecimento. Santo Agostinho, por exemplo, percebe uma certa complexidade nos textos da Bíblia do Antigo Testamento e, por meio da *inventio*, cria uma técnica que pode auxiliar nos textos. É possível em um texto, ainda que complexo,

a parte mais evidente e clara iluminar as partes mais escuras, no caso do Antigo Testamento, deve ser iluminada pelo Novo Testamento.

Por outro lado, onde eu não compreendo esses autores sagrados, sua eloquência, por certo, me impressiona menos. Entretanto, não duvido de que ela é a mesma que nas passagens que compreendo. A própria obscuridade de nossos divinos e salutareis oráculos devia estar misturada a tal eloquência, para que nossa inteligência — pela descoberta da verdade, e por exercícios úteis — fizesse progressos benfazejos. (AGOSTINHO, 2002, pág.131).

Assim, segundo Gilson, em “Deus e a filosofia”, nos capítulos 3 e 4, a metafísica cristã foi buscar na metafísica grega o vocabulário que pudesse dar expressão filosófica ao mistério da fé. A metafísica cristã o fez, no entanto, separando as duas esferas, a da razão e a da fé, a da teologia natural e a da teologia revelada. Por outro lado, a escolástica encontrou no latim o seu veículo de expressão e nesse caso vem a questão da *inventio*. A passagem do grego para o latim implicou em modificações importantes na utilização dos termos metafísicos gregos. A escolástica, portanto, não foi mera reprodução dos gregos, mas elaborou um verdadeiro léxico metafísico. Não obstante, considera-se claramente a passagem da compreensão da *inventio* não mais como uma questão de retórica, mas de conhecimento.

Nesse sentido, os autores em busca de resolver problemas referentes a fé, filosofando a própria fé, unem a partir da *inventio*, filosofia e teologia, apesar de cada uma proceder segundo suas modalidades peculiares: o filósofo demonstra por razões evidentes e o teólogo apela à autoridade suprema da revelação divina. Entretanto, ambas se fundam sobre a mesma base que é a unidade objetiva da verdade. Verdade e fé não podem jamais se contradizer, pois é Deus o autor de nossa razão e o autor da revelação. Ao “equilibrar” as diferentes correntes (racionalismo, fideísmo e empirismo) o filósofo desenvolve um pensamento dialético: dialoga com essas diferenças, sempre buscando a unicidade da verdade subsistente na diferença. Tomás de Aquino, por exemplo, retoma o pensamento original de Aristóteles, recuperando o mundo sensível (considerado fonte de pecado durante quase toda a Idade Média). E adapta o pensamento aristotélico à vida cristã: tem-se Aristóteles cristianizado, originando a teoria aristotélica-tomista, exemplo evidente do processo de *inventio*.

Semelhantemente, na filosofia moderna, os filósofos, nesse processo que entendemos como *inventio*, empregaram termos escolásticos para falar de um mundo (o

da ciência mecânica) que nada tinha de escolástico. Desse modo, assim como esses pensadores, podemos aplicar o método da *inventio* a algumas problemáticas atuais, por exemplo: a corrupção no mundo. Essa questão pode ser desenvolvida a partir de qual área? É um problema filosófico? É um problema social? É um problema econômico? De modo que, a partir da *inventio*, é possível por meio de uma problemática chegar à invenção, ainda que a resposta já esteja sendo desenvolvida por alguém.

Até mesmo diante dessas respostas desenvolvidas pelos teóricos, ainda que alguns textos sejam por demais complexos, Agostinho, por exemplo, enfoca os modos de expressão do pensamento como caminho seguro para o conhecimento. Sendo Agostinho grande orador e professor de retórica, tarefa já empregada durante um longo tempo no cargo público, apesar de lembrar que o ensinamento não é um tratado de retórica.

Por conseguinte, a *inventio* passa do grau de retórica para o processo inicial, para o conhecimento. Assim, por exemplo, surge o questionamento a respeito de como, a partir da invenção, a inclinação natural ao saber passar para o processo do filosofar.

A *inventio* como caminho para o filosofar

A partir dessa pergunta, percebemos que, pela tradição filosófica, a invenção enquanto passo para o filosofar não deve ao saber comum:

A oposição entre *doxa* e episteme foi consagrada por Platão, para quem a opinião, limitando-se ao mundo sensível, reino do devir, constitui o oposto da ciência, conhecimento das essências imutáveis e subsistentes. Daí em diante o desenvolvimento histórico da filosofia, por diferentes formulações, reafirmou inúmeras vezes a distância entre o saber filosófico e o senso comum (RODRIGO, 2009, p.13)

Com isso, é perceptível que o caminho seguro para a invenção seja o deslocamento do saber comum para o saber filosófico. Nessa transição a *inventio* assume um papel preponderante, chegando à educação.

Immanuel Kant, por exemplo, defende que o ser humano é uma criatura que precisa ser educada. A partir dessa defesa se desenvolve a base da educação em Kant, centrada na pergunta de como deve ser conduzida a educação do ser humano, entendendo a investigação do autor acerca da maioridade, razão, esclarecimento, autonomia, liberdade

e ética como conceitos que fundamentam a arte da educação, sob os questionamentos acerca do que é o homem, qual é a finalidade da educação, quem é o educador e qual é seu papel.

Segundo Kant, a ideia de que o ser humano precisa ser formado é fundamental, pois é a partir disso que entra em cena seu princípio educacional e, como já consideramos em nosso artigo, o princípio educacional constitui a base sólida da invenção, em vista de que a pessoa deve ser formada a fim de possuir a capacidade de uso de sua própria razão que o eleve para uma condição inteligível. Essa condição consiste na saída da menoridade, na qual o homem se encontra quando está privado da educação e do devido uso da razão. Vale ressaltar que a inserção do homem nesse estado de menoridade e heteronomia é oriundo da imposição do estado da natureza.

O ponto fulcral do processo educativo kantiano é a educação moral, meio pelo qual o ser humano alcança seu fim último (uma definição bastante aristotélica), que se dá pelo uso da razão que em uma reação em cadeia desenvolve no indivíduo o esclarecimento, porque, assim como os animais possuem seu próprio fim, também à pessoa está reservada o intento e dever de alcançar seu fim, ao passo que o faz a priori abstraindo um conceito desse fim (KANT, 1999, p.20). Em consequência dessa afirmação é possível calçar-se na premissa de que o homem não nasce um ser moral, contudo tende ao agir moral, à medida que exercita a razão e provoca nela a capacidade do esclarecimento, assim se gera uma condição de possibilidade da moralidade.

Para Kant, a moralidade precisa possuir sempre bases sólidas e um caráter universal, ultrapassando um ambiente que resulte em contradição. Para isso a moral não deve apreendida a partir de conceitos que nascem da experiência (KANT, 2003, p.17), mas deve ser entendida como princípios que podem ser legitimados, ou seja, isto é o que o filósofo entende como ciência dos costumes, ao analisar a estrutura da razão humana, via que utiliza como processo na busca de argumentos adequados para justificar a defesa da moralidade.

O ser humano por si só não possui os aparatos necessários para a saída de seu estágio de menoridade, que lhe condiz uma condição frágil inerente. Todavia, essa condição se dissipa quando há o processo de esclarecimento, que dentro do processo educacional de Kant se caracteriza como a maioridade alcançada pelo indivíduo. Como

dito, esse processo não está subjacente apenas a um esforço única e estritamente do indivíduo de forma isolada, mas compreende a intervenção de educadores.

O processo kantiano de educação da vontade no que diz respeito ao desejo, faz com que a pessoa seja conduzida pela conformidade a uma lei que é orientada pela própria razão e isso se chama autonomia. Esse é o ponto de partida do método de Kant, que entende que a finalidade da educação não subjaz somente no aprendizado e assimilação de conteúdo, mas também à medida que induz o ser humano a pensar autonomamente, ou seja, o caminho de partida da *inventio*.

A educação calcada a partir do conceito de *inventio* necessita ser fomentada. No caso do ensino de filosofia, por exemplo, é necessário a adoção de uma metodologia específica que possa traduzir para o aluno não apenas o percurso intelectual e o problema que o filósofo enfrenta – parte da aquisição de conteúdo, mas apontar o início e o caminho desse conhecimento, ajudando o aluno a alcançar os graus do conhecimento, para que possa desenvolver, afinal, o desenvolvimento da autonomia intelectual. Nesse sentido, no caminho educacional, se torna todo conveniente a *inventio* no processo filosófico e na arte de filosofar.

Considerações finais

A finalidade, por assim dizer, desse artigo é apresentar a contribuição de um conceito retórico específico para o âmbito da filosofia, o conceito de *inventio*. Entendendo invenção tomado como um princípio de ensino, até pois, *inventio* significa *invenio*, isto é, origem, a partir dos eixos motivadores e questionadores como um princípio de ensino. Esse princípio de ensino tem como objetivo entender que, quando um aluno se aproxima da filosofia ou do estudo da filosofia, com o auxílio do professor, ele entra em uma escala de invenção e que a apreensão dos conteúdos seja a mola propulsora do desenvolvimento intelectual, crítico e afetivo (o que é próprio da filosofia - ser afetiva), ou, em outras palavras, o fomento da autonomia do aluno. Esse eixo crítico parte da filosofia e envolve o filosofar.

Filosofia e filosofar estão intimamente ligadas no processo de invenção, tendo a motivação como um fator considerável. A motivação não compreendida como uma forma de prender a atenção do aluno, embora esse fator seja considerado, mas, ao

contrário, o fator motivacional é a porta de entrada, isto é, de pensar a filosofia a partir dos seus problemas vitais, esboçando elementos sólidos para a episteme e o filosofar.

Esses problemas vitais são próprios da filosofia, pois a partir da sua etimologia, percebemos que dentro da própria filosofia existe um elo afetivo, o amor a sabedoria. Amor que se demonstra a partir de diversos conceitos que se concretizam por meio do afeto.

Desse modo, a *inventio* a partir de busca das soluções apresentadas por meio da reflexão ajuda o filosofante no caminho para a saída da menoridade. Deve ser, portanto, uma tarefa da filosofia desenvolver essa reflexão de conjunto e ser a base para essa reflexão, com o método da *inventio*, não ficar submetida a apenas a uma compreensão única. Assim, a realidade é sempre multifacetada, interdisciplinar e só uma reflexão que envolve o afeto pode ajudar no início filosófico de inventores.

Portanto, a proposta fundamental da invenção consiste em apresentar a filosofia e o filosofar a partir do primordial, com o intuito de fazer com que cada um possa perceber a importância do pensamento filosófico e, por consequência, a formulação de problemáticas que se abrem a toda área do conhecimento, de modo que, nesse caminho, é resgatado o sentido originário da filosofia.

Nesse sentido, percebemos que a partir dos conceitos fundamentais kantianos, o filosofar envolve a busca por um conhecimento crítico, baseado na razão, que explore os limites e as possibilidades do entendimento humano, bem como a reflexão sobre questões éticas e a investigação das bases do conhecimento e da moralidade.

Assim o pensar é a mais importante atividade da filosofia justamente porque ele não interessa apenas à filosofia, mas a todos enquanto conhecemos, agimos e sentimos. Portanto, sempre que procuramos seja pensar o que sentimos, pensar como e porque agimos, pensar o que conhecemos, de forma imediata começamos a filosofar nos moldes da *inventio*. Pensar é, enfim, questionar. *Inventio* é questionar. Logo, filosofia é a arte de invenção.

Referências

AGOSTINHO. Cidade de Deus. 7ª ed. Trad. Oscar Paes Lemes. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2002. Parte I.

AGOSTINHO. *Contra os Acadêmicos. A Ordem. A Grandeza da Alma. O Mestre.* Trad. Agostinho Belmonte. São Paulo: Paulus, 2012.

AGOSTINHO. *A Doutrina Cristã. Coleção Patrística.* São Paulo, Paulus, 2002.

ARISTÓTELES. *Metafísica: volume II/ Aristóteles; ensaio introdutório, texto grego com tradução e comentário de Giovanni Reale; tradução Marcelo Perine.* – 3. Ed. – São Paulo: Edições Loyola, 2013

ASSIS, Machado de. *O Alienista.* São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

BASÍLIO DE CESARÉIA. *Carta aos Jovens sobre a utilidade da literatura pagã.* Campinas: Ecclesiae, 2012.

CHAUÍ, M. *Iniciação à Filosofia.* 2 ed: São Paulo: editora ática, 2013.

CLARKE, T.; ROLLO, C. *Corporate initiatives in knowledge management. Education + Training, 2001.* Disponível em: <https://doi.org/10.1108/00400910110399201> - Acesso em: 10 out. 2022

DELEUZE, Gilles. *O que é filosofia?* São Paulo: Editora 34, 2010.

GILSON, E. *Deus e a filosofia.* São Paulo: edições 70, 2006.

HEIDEGGER, M. *Qu'est-ce que la Philosophie.* In: *Conferências e escritos filosóficos.* São Paulo: Abril Cultural, 1991.

KANT, I. *Sobre a Pedagogia.* Td: Francisco Cock Fontanella. São Paulo: UNIMEP, 1999.

LEAL, R. M.; ISKANDAR, J. I. *Positivismo e educação.* Revista Diálogo Educacional. Curitiba, v. 3, n.7, p. 89-94, set./dez. 2002.

Disponível em <http://www.ebah.com.br/content/ABAAAAR6cAE/positivismo-educacao>. Acessado em: 08 de fev. de 2023.

PORTA, Mário Ariel González. *A filosofia a partir de seus problemas: didática e metodologia do estudo filosófico.* 4. Ed: São Paulo: Edições Loyola, 2014.

REALE, G. *História da filosofia grega e romana (Vol. I): Volume I: Pré-socráticos e orfismo: 1.* Loyola, 2009.

REBOUL, O. *Introduzione alla retorica.* Bologna: Il Mulino, 2003.

REVEL, J. *Michel Foucault. Conceitos Essenciais.* São Paulo: Clara Luz, 2005.

RODRIGO, Lidia Maria. *Filosofia em sala de aula: teoria e prática para o ensino médio.* Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

WALKER, W. A. *History of the Christian Church.* New York: Scribner, 1985.